

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI - Nº 1.057 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2000

CAE aprova indicação de Grossi para diretoria do Banco Central



Teresa Grossi fala na CAE, ao lado de Bornhausen, Suassuna e Bello Parga

economista recebeu 22 votos favoráveis, todos da base governista. posição e dois senadores do PMDB retiraram-se antes da sabatina

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem a indicação da economista Teresa Grossi para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central. Caberá agora à Mesa do Senado definir a data em que

a escolha será votada em Plenário. Ao ser sabatinada, Teresa Grossi pediu colaboração do Congresso na aprovação das leis necessárias ao melhor desempenho da fiscalização do sistema financeiro.

PÁGINA 7

TAVARES DEBATE COM SENADORES PROJETO DE LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

COMISSÃO OUVI PITTA HOJE SOBRE REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA DE SÃO PAULO

PÁGINA 6

CAS aprecia hoje projetos que tratam sobre os transgênicos

Em reunião às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais vota três propostas que visam disciplinar a presença de produtos transgênicos (geneticamente modificados) no país. Dois deles querem obrigar a incluir rótulos especiais nos produtos; o outro pretende proibir o plantio e a comercialização por cinco anos.

PÁGINA 8

Mestrinho defende mudança no Orçamento

O presidente da Comissão Mista, senador Gilberto Mestrinho, saiu em defesa da proposta do relator de corrigir em 3,29% a previsão de receitas da União. Para ele, isso permitirá maiores investimentos.

PÁGINA 5

ACM PROPÕE DIÁLOGO PARA OBTER MAIOR MÍNIMO POSSÍVEL

Senador Antonio Carlos Magalhães acha que transigência do governo e do Congresso pode ser receita para maior reajuste do salário mínimo.

PÁGINA 3



A exposição "O Tocantins e os 500 Anos de Descobrimiento do Brasil" foi inaugurada ontem, na Senado Galeria, com a presença do governador do estado, Siqueira Campos, dos senadores Leomar Quintanilha, Carlos Patrocínio e Eduardo Siqueira Campos e do vice-presidente do Senado, Geraldo Melo. A mostra consiste de painéis fotográficos e peças de artesanato indígena.

PÁGINA 3

Transmissão da TV Senado poderá ser ampliada

PÁGINA 4

Senado autoriza reestruturação de dívida de Cabo Verde

Débito de US\$ 7,2 milhões é oriundo do Fundo de Financiamento à Exportação

O Senado decidiu ontem autorizar a União a realizar operações financeiras relativas ao Contrato de Reestruturação de Débitos da República de Cabo Verde para com o Brasil. O valor do débito é de US\$ 7,2 milhões, oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), cujos créditos passaram a integrar o Programa de Financiamento às Exportações (Proex). O presidente do Senado anunciou que a decisão agora vai à promulgação.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou que Cabo Verde é um pequeno país lusófono situado na África pobre, com PIB de US\$ 440 milhões e renda *per capita* de US\$ 1 mil, que depende de ajuda externa de alimentos para sobreviver, em razão da aridez do arquipélago em que se situa. Ele argumentou que esse contrato de reestruturação cria a possibilidade de pôr termo a uma dívida que de outro modo dificilmente poderia ser quitada.



Plenário votou ontem reestruturação da dívida de Cabo Verde e renovação de concessões de emissoras de rádio

Senadores homenagearão Brasília e ex-ministro

O Plenário aprovou ontem requerimento dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Luiz Estevão (PMDB-DF) para a realização de sessão especial do Senado em homenagem aos 40 anos de Brasília. A cidade foi fundada em 21 de abril de 1960. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, determinou que a sessão seja realizada no dia 26 de abril.

Também foi aprovado requerimen-

to para a realização de sessão especial pelo centenário de nascimento de Anísio Teixeira, ex-ministro da Educação do governo João Goulart, apresentado pelos senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). A homenagem foi marcada para o dia 27 de junho. Segundo Paulo Souto, Anísio Teixeira tinha como meta dotar o país de centros de ensino integral e deixou nove livros publicados sobre educação.

Concessões geram debate em Plenário

O Plenário do Senado aprovou ontem a renovação das concessões de três emissoras para a exploração de serviço de radiodifusão. Tiveram suas concessões renovadas a Fundação Metropolitana Paulista, de São Paulo (SP), a Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura, de Natal (RN), e a Fundação Educacional de Ponta Grossa, situada em Ponta Grossa (PR). Antes da decisão, que agora vai à promulgação, os senadores debateram o assunto, sobretudo a concessão que beneficia Ponta Grossa para serviços de som e imagem.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) informou que essa emissora será gerida pela prefeitura municipal e considerou da maior importância, para uma comunidade que já tem uma grande universidade pública, ter esse veículo de comunicação tão significativo na atividade educacional. "Acompanho há mais de dois anos os esforços para a consecução desse objetivo, que será uma força para a educação regional", disse ele.

Roberto Requião (PMDB-PR), por sua vez, disse que essa concessão para Ponta Grossa é louvável apenas no médio e no longo prazo. Ele afirmou que, no curto prazo, a emissora ficará nas mãos de um prefeito contra quem foi aberto processo sob a acusação de estuprar sua secretária. "Pobre prefeitura, pobre população", lamentou Requião.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) também considerou importante a concessão para Ponta Grossa, dizendo conhecer o efeito, na formação de uma comunidade, do trabalho realizado por essas emissoras em todo o país. Ele informou que o próprio prefeito de Ponta Grossa já assumiu a responsabilidade concernente ao processo mencionado por Roberto Requião.

No mesmo debate, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) lastimou o fato de o Senado conceder tantas emissoras, quando inúmeras comunidades no país dispõem apenas de rádios piratas. Ele contou ter visitado o município de Anita Garibaldi, onde há uma emissora que funciona clandestinamente. E pregou a necessidade de o país suprir comunidades carentes com esse serviço.

Já Heloísa Helena (PT-AL) lastimou que o Congresso até hoje não tenha instituído o Conselho de Comunicação Social, que impediria que os meios de comunicação se transformem em monopólios de entidades políticas.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2000

Brasil 500



Antonio Carlos Magalhães
Presidente

15h — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 228/99, que aprova permissão à Universidade de Taubaté para radiodifusão sonora na cidade de Taubaté (SP); PDL nº 230/99, que aprova permissão à Rádio Capital do Vale para radiodifusão sonora na cidade de Caçapava (SP); PLS nº 464/99, dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 91/97, que dispõe sobre os coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios; Parecer nº 143/2000 sobre a Mensagem nº 73/2000, na qual o presidente da República submete o nome de Solange Beatriz Palheiro Mendes de Almeida para exercer a função de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com mandato de quatro anos; e Parecer nº 144/2000 sobre a Mensagem nº 74/2000, na qual o presidente da República submete a escolha de Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior para exercer a função de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com mandato de três anos.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 92/99 (decisão terminativa), que altera a Lei nº 9.068/98, que dispõe sobre o trabalho voluntário; emenda oferecida no turno suplementar ao substitutivo do PLS nº 112/99, que altera a redação dos artigos 25, 26, 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; emenda oferecida no turno suplementar ao substitutivo do PLS nº 31/99, que autoriza a criação dos conselhos federal e regionais de Leiloeiros Oficiais e dispõe sobre a regulamentação da profissão de Leiloeiro Público Oficial; tramitação conjunta dos PLSs nº 188, 216 e 422, de 1999 (decisão terminativa), que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.974/95, estabelecendo a obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados; proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo OGM ou derivados; e determina a exibição da expressão que menciona nos produtos transgênicos; PLS nº 530/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; *PLS nº 388/99 (decisão terminativa), que altera artigo 57 da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos; PLS nº 474/99 (decisão terminativa), que institui o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B; PLS nº 660/99 (decisão terminativa), que torna obrigatória concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física; e PLC nº 73/96, que revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Audiência pública com o prefeito Celso Pitta, destinada a instruir o contrato de refinanciamento da dívida da prefeitura de São Paulo com a União. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 64/99, que dispõe sobre a produção de cloro; emendas de nº 2 a 33 de Plenário ao PLC nº 43/99, que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor estável; PLS nº 380/99, que altera dispositivo da Lei nº 9.503/97, para permitir dispensa de exame de saúde a categorias profissionais especificadas; PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do artigo 14 da Constituição Federal; PLS nº 205/99, que acrescenta o parágrafo 1º ao artigo 9º da Lei nº 4.591/64; e PLS nº 268/99, que dispõe sobre estruturação e uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 1988-18 (Fundos Constitucionais).

Pauta: Discussão para elaboração da Minuta. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação do Relatório Final. *Plenário nº 02 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II)*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com a presença dos ministros da Saúde, José Serra, ou seu representante, e da Educação, Paulo Renato Souza, ou seu representante; o ex-ministro da Saúde Adib Jatene e o presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira, destinada a instruir o PLS nº 449/99, que altera o artigo 43 da Lei Orgânica da Saúde, possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Paixão Perdida*, de Walter Hugo Khouri. *Auditório Petrônio Portella*

18h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Encontro com Pascal Lamy, comissário de comércio da União Européia. *Salão Nobre do Senado*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM prega diálogo para melhorar mínimo

“Este não é um bom número”, afirma o presidente do Senado ao comentar possível limite de R\$ 150. Ele entende que compromisso com o povo brasileiro tem preferência sobre aquele assumido com o FMI



Governador, senadores e lideranças do Tocantins, bem como o vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, estiveram no gabinete de ACM

Presidente do Senado recebe governador e bancada do Tocantins

O governador do estado do Tocantins, Siqueira Campos, foi recebido ontem à tarde pelo senador Antonio Carlos Magalhães, no gabinete da presidência do Senado, para uma visita de cortesia.

Acompanharam o governador os senadores do Tocantins – Eduardo Siqueira Campos (PFL), Carlos Patrocínio (PFL) e Leomar Quintanilha (PPB) –, outras lideranças do estado e o vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN).

EXPOSIÇÃO

Com a presença do governador Siqueira Campos, dos senadores Carlos Patrocínio, Leomar Quintanilha e Eduardo Siqueira Campos, de deputados e autoridades tocantinenses, foi inaugurada ontem, na Senado Galeria, a exposição “O Tocantins e os 500 anos de Des-

cobrimento do Brasil”.

O governador e os parlamentares foram recepcionados pelo vice-presidente do Senado, Geraldo Melo. Após cortar a fita simbólica de inauguração, a comitiva percorreu as dependências da exposição, que é organizada pela secretarias estaduais de Cultura, de Comunicação, de Planejamento e de Governo do Tocantins.

A mostra consiste em painéis fotográficos que retratam os bens culturais, turísticos e projetos de desenvolvimento do Tocantins, além de exibir artesanato indígena confeccionado em cerâmica, madeira e bonecos, que exemplificam a cultura local. A Senado Galeria, localizada no Anexo I, fica aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, e aos sábados e domingos de 10 às 14 horas.



O governador do Tocantins e senadores participam da abertura da exposição “O Tocantins e os 500 anos de Descobrimto”

Diálogo e transigência entre o governo e o Congresso Nacional para que o povo brasileiro possa receber um salário mínimo melhor. Esta é a receita com a qual o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, espera chegar a entendimento capaz de viabilizar um reajuste que eleve o salário mínimo a mais que os R\$ 150 que, conforme notícias da imprensa, seria o limite do Executivo. “Este não é para mim um bom número”, avaliou. Antonio Carlos disse que nem os compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) podem bloquear o esforço por um mínimo maior.

– O Brasil deve tentar cumprir seu compromisso com o FMI, mas antes deve cumprir seu compromisso com o povo brasileiro – afirmou.

A possibilidade de o governo baixar uma medida provisória, fixando o novo valor do mínimo em R\$ 150, não encerraria a discussão do tema, na avaliação do presidente do Senado. Ele lembrou não ter informações sobre essa intenção do governo, mas salientou que, nesta hipótese, o Congresso

Nacional teria condições de “elaborar um projeto de conversão mudando seus termos”. Ele garantiu que até o dia 1º de maio o Congresso faria seu trabalho e apreciaria a medida provisória sobre o salário mínimo. O senador, no entanto, previu que até a próxima semana a questão poderá estar definida.

Antonio Carlos confessou não ter sido convencido pelos números apresentados pelo governo. Ele disse que não é a primeira vez que o país assiste a este tipo de discussão em torno do mínimo. “Em 1995, quando o ministro José Serra estava na Secretaria de Planejamento da Presidência da República e também se manifestava contrário a qualquer aumento real do salário mínimo de então, argumentando que seria inviável, lutei pelo aumento, como agora. O mínimo foi para US\$ 112, à época R\$ 100, e o país apenas melhorou”, recordou.

REGIONALIZAÇÃO

Em outra entrevista, o presidente do Senado afirmou que o aumento escalonado ou a regionalização poderão ser alternativas para o fechamento de um acordo em torno do novo valor do salário mínimo, desde que o aumento supere os R\$ 150.

Aumento escalonado ou regionalização poderão ser alternativas para o fechamento de um acordo sobre o mínimo

– Continuo defendendo os R\$ 180, mas política é transigência: se o governo apresentar um projeto que possa ser aprovado, com a garantia de valores

cada vez maiores para o salário mínimo, nós poderemos estudar uma fórmula que não seja R\$ 180, mas que seja muito pouco menos – observou.

O valor de R\$ 150 foi caracterizado como “inaceitável” por Antonio Carlos. Perguntado se a fórmula que havia mencionado poderia ser o escalonamento, o senador respondeu: “Pode ser o escalonamento, pode ser também em matéria de regionalização”.

Costa Leite convida senador para posse

O novo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo da Costa Leite, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para convidá-lo a comparecer à solenidade de sua posse, marcada para o dia 3 de abril.

Costa Leite elogiou a atuação de seu antecessor, ministro Antonio de Pádua Ribeiro, disse que considera “muito bom” o relacionamento entre Judiciário e Legislativo e prometeu empen-



Costa Leite (D), com Antonio Carlos, considera “muito bom” o relacionamento com o Legislativo

har-se para “vê-lo intensificado”.

O ministro acha que o teto do funcionalismo deverá ser fixado “soberanamente” pelo Con-

gresso, e acredita que a discussão do assunto ainda está se processando.

– A questão não está resolvida, será objeto de debate no Senado e na Câmara. O Judiciário deverá trazer suas preocupações e traduzi-las aos parlamentares e à nação – afirmou.

Costa Leite reiterou opinião de que “o princípio constitucional da maior remuneração deve corresponder àquela percebida por ministro do Supremo Tribunal Federal a qualquer título, ou seja, R\$ 12.720”.

Moradia popular é tema de audiência com Ovídio

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o secretário Especial de Políticas Regionais, Ovídio de Angelis, com quem trocou idéias a respeito de programas e iniciativas que ampliem o acesso da população carente à casa própria. Segundo De Angelis, o fundo constitucional de combate à pobreza, criado por iniciativa do senador, oferece espaço para a inclusão da moradia popular entre seus objetivos.

Depois do secretário de Políticas Regionais, o presidente do Senado recebeu o novo secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Roberto Giannetti da Fonseca, para uma visita de cortesia.



Antonio Carlos recebeu em seu gabinete a visita de Ovídio de Angelis (E) e de Roberto Giannetti da Fonseca

Antonio Carlos e Giannetti conversaram sobre as perspectivas das exportações brasileiras.

Aprovada ampliação das transmissões da TV Senado

Projeto acolhido em caráter terminativo pela Comissão de Educação assegura que todas as prestadoras de serviço por assinatura, qualquer que seja a tecnologia de distribuição dos sinais, transmitam a programação das TVs do Legislativo

Foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação, projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) assegurando que todas as prestadoras de serviço de televisão por assinatura, qualquer que seja a tecnologia utilizada para a distribuição dos sinais, transmitam a programação da TV Senado e da TV Câmara. Atualmente, essa obrigatoriedade abrange as TVs por cabo. A matéria foi relatada favoravelmente pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) e seguirá para a Câmara se não houver recurso para apreciação em Plenário.

De acordo com a proposta, a transmissão deverá ser realizada de

forma "gratuita, integral e simultânea, sem inserções de qualquer natureza, estando as prestadoras isentas de responsabilidade sobre o conteúdo da programação". O projeto atribui às TVs Senado e Câmara a responsabilidade pela entrega dos sinais em nível técnico adequado para a transmissão, cabendo a elas as despesas correspondentes.

Camata destaca, em seu parecer, que a televisão brasileira, após meio século dirigida quase exclusivamente ao entretenimento do telespectador, passa por fase de profunda adequação a uma nova ordem.

— O telespectador vem se transformando de agente passivo da comunicação em público qualificado, exigente e interativo. Ciente de sua possibilidade de escolha, ensejada pela diversificação das fontes de informação, torna-se agora sujeito e não mero objeto do processo de comunicação. Supera, portanto, a via de mão única que caracterizava suas relações com o modelo convencional de televisão — avalia o relator.

Requião afirma que a transmissão dos trabalhos das duas Casas, especialmente a transmissão ao vivo das sessões plenárias e das reuniões das comissões, vem proporcionando um contato diário e direto dos representantes eleitos com a população. Ele ressalta que "sem a inevitável edição imposta pelas grandes redes de televisão comerciais, o Legislativo apresenta-se por inteiro, transparente, com seus defeitos e virtudes, ao povo brasileiro".



Comissão de Educação aprovou projeto de Roberto Requião relatado por Gerson Camata

CE votou renovação de 7 concessões

A Comissão de Educação aprovou ontem sete projetos de decreto legislativo renovando a concessão para o funcionamento de cinco rádios em São Paulo, uma em Minas Gerais e outra no Rio de Janeiro. São as seguintes as rádios, cujas autorizações, agora, serão apreciadas pelo Plenário:

- Rádio Cultura Araraquara (SP)
- Rádio FM de Mogi-Guaçu (SP)
- Rádio Difusora Taubaté (SP)
- Rádio Jornal do Povo (SP)
- Sistema Jornal de Rádio (SP)
- Rádio Difusora Porto Real (RJ)
- Sistema de Radiodifusão Araxá (MG)

Projeto sobre estágios receberá emendas

A Comissão de Educação concedeu vista, por uma semana, a projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que estabelece normas para o estágio de estudantes do ensino superior e do ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo. A matéria tem parecer favorável do senador Antero de Barros (PSDB-MT).

O senador José Jorge (PFL-PE), que apresentou o pedido de vista, ponderou que, ao estabelecer que o estágio seja remunerado, pelo menos com o valor equivalente ao de um salário mínimo, a medida poderá restringir o mercado para os estagiários. O senador comprometeu-se a apresentar emenda ao projeto na próxima reunião.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) sugeriu, e Ademir concordou, que o período de dois anos para a duração do estágio fosse reduzido para um ano. Segundo a senadora, o prazo de 24 meses é excessivo e pode, inclusive, prejudicar o ingresso do estagiário no mercado de trabalho.

Grupo estudará cobrança em universidades públicas

Requerimento do senador Agnelo Alves (PMDB-RN) solicitando a formação de um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de as universidades públicas cobrarem mensalidades dos alunos que tenham cursado o 1º e o 2º graus em escolas particulares foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). Para os que tiverem feito as duas primeiras etapas da sua formação colegial na rede

oficial, o ensino superior continuaria sendo gratuito, conforme a proposta.

Agnelo argumentou que cerca de 80% dos alunos das universidades públicas estudaram em escolas particulares. As conclusões desse grupo, na sua avaliação, poderiam contribuir para aumentar o número de estudantes pobres nas universidades públicas, que hoje não passam de 20% do total de alunos.

O senador Artur da Távola (sem partido-RJ) lembrou que durante a Constituinte, em 1988, na condição de relator setorial, pôde se dedicar a estudar a questão do ensino superior pago. Ele observou que esta é "uma questão muito complexa, pois dentro dela estão várias outras", ressaltando que a universidade "é o espaço onde se exerce o ensino de excelência, mais até que a justiça social".

Emilia defende maior integração cultural e educacional no Mercosul

Ao analisar as dificuldades enfrentadas pelo Mercosul para sua consolidação, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) afirmou ontem que um dos canais para que o mercado se consolide passa por uma maior integração nos setores educacional e cultural. Para ela, é necessário que o Mercosul se aprimore nas áreas técnica e científica, como forma de cumprir plenamente as suas funções.

Emilia Fernandes fez essas considerações depois de a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovar relatório, de sua autoria, à mensagem do Executivo submetendo à apreciação do Congresso Nacional acordo que trata

da admissão de títulos e graus universitários nos países que fazem parte do bloco econômico. Entende Emilia Fernandes que a aprovação do acordo vai beneficiar diretamente os alunos que estejam concluindo cursos de graduação e pós-graduação. Esses alunos poderão se credenciar para fazer intercâmbio de docência e de pesquisa nos países membros do Mercosul. Para ela, esse intercâmbio irá facilitar, aprimorar e aperfeiçoar a integração entre os países, fortalecendo o Mercosul.

Na mesma reunião, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou o relatório do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) fa-

vorável ao projeto que aprova o acordo sobre transporte fluvial transversal fronteiriço de passageiros, veículos e cargas no rio Uruguai, celebrado entre o Brasil e a Argentina. O acordo, segundo Geraldo Althoff, visa criar novas oportunidades de pontos de travessia fluvial entre os dois países ao longo do rio Uruguai, o que, a seu ver, contribuirá para o fortalecimento da integração comercial e desenvolvimento econômico da região de fronteira.

A comissão também aprovou o relatório do deputado Moura ao projeto que estabelece a padronização da numeração de chassis de veículos fabricados e



Comissão do Mercosul aprovou matérias que buscam reforçar a integração

montados no Brasil para comercialização no Mercosul. A padronização será composta de 19 dígitos alfanuméricos gravados em todos os vidros e em pelo menos oito pontos do chassi e da carroceria. A iniciativa tem por finalidade proporcionar maior segurança quanto à determinação de identidade e da procedência dos

veículos.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, criada em 1996, tem por finalidade principal apresentar relatórios sobre todas as matérias de interesse do mercado comum submetidas ao Congresso Nacional, que serão posteriormente encaminhadas às comissões técnicas das duas Casas.



Comissão mista demonstra preocupação com juros e limite de financiamento do Fies

Taxa de juros do Fies provoca debate na comissão mista

O diretor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), Antônio Floriano Pereira Pesaro, e o relator da comissão mista que examina a medida provisória que instituiu o fundo, substituto do Programa de Crédito Educativo, deputado federal Osvaldo Biolchi (PMDB-RS), não chegaram a um acordo sobre a taxa de juros que deverá ser cobrada dos estudantes quando forem pagar o empréstimo. O debate foi travado ontem em audiência pública da qual também participaram o secretário-executivo do Ministério da Previdência, José Sechin, e o superintendente nacional de Desenvolvimento Social da Caixa Econômica Federal, André Marinho.

Enquanto Antônio Pesaro considera o percentual de 9% ao ano como uma das vantagens do Fies sobre o programa anterior, o relator externou sua preocupação de que a inadimplência continue alta como nos tempos do Crédito Educativo, quando chegou a atingir 66%. Osvaldo Biolchi compa-

rou os 9% que o governo quer cobrar dos estudantes com os 8,75% cobrados dos grandes produtores rurais, que já são considerados altos. Também se posicionou contra a pretensão do Ministério da Educação de financiar apenas 70% do total da mensalidade.

O secretário José Sechin informou que 630 entidades já se cadastraram para participar do esquema de financiamento do Fies, que permite às instituições de ensino superior utilizarem os certificados de emissão do Tesouro Nacional, que recebem como contrapartida aos serviços educacionais, para pagamento de obrigações previdenciárias junto ao INSS. Por sua vez, o superintendente da CEF, André Marinho, afirmou que o órgão está modernizando o sistema de administração que era utilizado no Crédito Educativo, para que o Fies possa ser executado com maior transparência. A comissão mista, que é presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), volta a se reunir no dia 4 de abril, às 15 horas.

CCJ analisa acesso a informações pessoais em bancos de dados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina hoje, às 10 horas, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que define normas para proteção das informações pessoais contidas em bancos de dados de empresas e órgãos públicos. O senador lembra que 14 países europeus já aprovaram legislação sobre o assunto, tendo em vista a expansão de tais sistemas.

Alcântara teme que os bancos de dados coloquem em risco informações sigilosas de pessoas e empresas, especialmente "dados pessoais restritos, como opiniões políticas e religiosas, crença e ideologia, saúde física e mental, vida sexual, registros policiais e outros". O projeto garante a uma pessoa acesso a todos os dados a seu respeito, além do direito de completá-los ou corrigi-los. No caso da recusa da instituição de fornecer as informações ou corrigi-las, a pessoa poderá utilizar o *habeas data*, garantia constitucional pela qual terá acesso às informações e à correção.

Também está na pauta da CCJ a apre-



Lúcio Alcântara

ciação de parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) pela rejeição das 22 emendas de Plenário ao projeto do Executivo que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho.

O projeto estabelece que o servidor público estável poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, sendo-lhe assegurada ampla defesa. As normas seriam aplicáveis aos funcionários estáveis da administração pública direta, autárquica e fundacional da União, estados, Distrito Federal e municípios.

A CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), deverá examinar ainda projeto do deputado Jair Meneguelli (PT-SP) que regulamenta a produção de cloro. O parecer do relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), é pela aprovação. Também está na pauta projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que permite dispensa de exame de saúde para determinadas categorias profissionais. A relatora, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), opina pela aprovação.

Mestrinho afirma que mudança no Orçamento é legal e realista

Presidente da CO defende a correção de 3,29% que o relator-geral fez na previsão de arrecadação da União

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), defendeu ontem a correção de 3,29% que o relator-geral fez na previsão de arrecadação federal para este ano, o que permitirá ao Congresso aumentar em R\$ 4,8 bilhões os gastos do Executivo com investimentos, dentro do projeto orçamentário.

As críticas feitas pela imprensa, na opinião de Mestrinho, foram injustas, pois a correção da previsão de receitas se baseou no aumento da inflação no segundo semestre do ano passado, "e não em expectativa de inflação, como saiu nos jornais". O senador acrescentou que a correção feita é totalmente legal e a consultoria da Comissão de Orçamento trabalhou com projeções realistas.

— O Congresso não tem que aprovar o Orçamento como é enviado pelo Executivo. Nossa função é discutir, emendar e, se encontrarmos algum erro, devemos fazer a correção. O Exe-



Comissão de Orçamento debate hoje o relatório sobre a proposta orçamentária, que deve ser votado no início da próxima semana

cutivo faz um projeto orçamentário e o Congresso aprova o Orçamento — acrescentou.

Gilberto Mestrinho fez a declaração ao presidir reunião da Comissão Mista de Orçamento em que foi iniciada a apreciação do substitutivo ao projeto orçamentário de 2000

feito pelo relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG). O documento final será debatido hoje, a partir das 10 horas, e a votação final pela comissão deve ocorrer no início da próxima semana, quando a proposta será enviada à apreciação do Congresso.

Relator justifica correção com critérios técnicos

Ao apresentar seu relatório geral à Comissão Mista de Orçamento, ontem, o deputado Carlos Melles (PFL-MG) sustentou que o governo estava trabalhando com queda nos investimentos federais neste ano, "quando a economia deverá crescer cerca de 4%". No ano passado, quando o aumento do PIB ficou abaixo de 1%, os investimentos do governo federal chegaram a R\$ 8 bilhões e, na proposta enviada ao Congresso, o Executivo pretendia reduzir os investimentos deste ano a R\$ 6,8 bilhões.

— Com a revisão das receitas para este ano, totalmente factível, estamos aumentando os investimentos em R\$ 4,8 bilhões, elevando o valor total para R\$ 11,6 bilhões. Nada mais justo, pois investimento significa aumento de emprego — afirmou.

O relator-geral observou ainda que as emendas dos parlamentares não mexeram nos gastos da Previdência, enquanto subiram os investimentos com saúde (mais R\$ 629 milhões), com educação (R\$ 123 milhões), com agricultura (R\$ 333 milhões), com

saneamento (R\$ 189 milhões) e com gestão ambiental (683 milhões).

Carlos Melles assinalou que "não houve invenção de receitas", mas correção com base em critérios técnicos da consultoria do Congresso. O governo enviou ao Legislativo a proposta orçamentária de 2000 no dia 31 de agosto de 1999 e, por isso, não pôde trabalhar com o aumento da inflação registrado no segundo semestre. Além disso, o relator-geral fez o ajuste para restabelecer o valor original das receitas em relação ao Produto Interno Bruto (21% do PIB).

Plenário vota proposta que altera prazo para redução de receita de municípios

Em turno único, o Senado vota hoje projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que amplia de cinco para dez anos o prazo para a redução dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebidos pelas cidades que perderam população até 1997.

Em vez da aplicação escalonada do redutor financeiro entre 1999 e 2002, à taxa acumulada de 20% ao ano, conforme a transição em vigor, o senador quer que o ajuste seja feito à taxa anual acumulada de 10%. Seu projeto dobra, portanto, o período de transição, para que as perdas de receitas dos municípios decorrentes da redução de suas populações até 1997 sejam amortizadas ao longo do tempo.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sena-

dor Luiz Otávio (sem partido-PA), lembra que foi a Lei Complementar 91/97 que introduziu a revisão anual das quotas-partes dos municípios no FPM, em função da atualização do nú-

mero de habitantes. A fim de reduzir o impacto da medida na distribuição das receitas dos municípios, foi estabelecida uma regra de transição para vigorar entre 1999 e 2002.

Promulgada emenda que cria DRU

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgaram ontem, em sessão do Congresso Nacional, a emenda constitucional que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Cinco exemplares foram enviados à Câmara dos Deputados, ao Senado, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

A emenda prevê a desvinculação, no período de 2000 a 2003, de 20% da arrecadação de impostos e contri-

buições sociais da União, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. A DRU não implica a redução das bases de cálculo das transferências a estados, Distrito Federal e municípios e das aplicações em programas de financiamento ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A única exceção é a arrecadação da contribuição social do salário-educação, que não sofrerá a desvinculação.

Tavares propõe na CAE restrição orçamentária

Não gastar mais do que se arrecada – este é o preceito que, na avaliação do ministro do Planejamento, deve prevalecer na administração pública depois da aprovação do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, discutido na comissão

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, defendeu ontem a introdução, no arcabouço legislativo brasileiro, do conceito de restrição orçamentária – o que significa não gastar mais do que se arrecada. Na terceira audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater a Lei de Responsabilidade Fiscal, o ministro lamentou a ausência desse conceito na cultura brasileira.

O projeto de lei complementar que trata da responsabilidade fiscal, já aprovado na Câmara dos Deputados, obteve parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. O texto será relatado, na CAE, pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que aguarda o fim das audiências públicas sobre o assunto para apresentar seu parecer.

A proposta foi encaminhada pelo governo federal, que a considera fundamental para o efetivo ajuste das contas públicas. Ao defendê-la, Tavares lembrou que ela foi baseada nas legislações existentes na Nova Zelândia, nos Estados Unidos e na União Européia. No Brasil, antes dos sete meses de debate na Câmara dos Deputados, houve



Tavares fala na CAE e é observado pelos senadores Ney Suassuna, Bello Parga e Jefferson Péres

um período de quatro meses em que foram feitas sugestões pela sociedade civil, recordou o ministro.

A lei introduz outros três conceitos, segundo o ministro: o de prudência, segundo o qual o governante não deverá assumir compromissos que não possam ser cumpridos; o de responsabilidade, ou seja, não gastar mais do que arrecada; e o de transparência, ao estabelecer mecanismos e condições objetivas para o controle social das finanças públicas.

Tavares destacou que o texto do projeto imprime normas restritivas para endividamento a curto prazo, para gastos com pessoal e para utilização de restos a pagar. Os chefes de Poder Executivo também ficam obrigados a assumir compromisso de desempenho fiscal perante o Poder Legislativo. Caso as metas não sejam

cumpridas, poderá haver corte automático de despesas.

A nova norma também impede que entes da Federação – a própria União, os estados ou os municípios – assumam as dívidas de outros entes. O acesso ao crédito fica, assim, limitado ao mercado.

– Após a lei, surgirão agências para avaliar o risco do poder público brasileiro, para efeito de concessão de crédito – previu Tavares.

A audiência demorou cerca de quatro horas e contou também com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. Como o projeto de lei abrange as três esferas de poder – federal, estadual e municipal –, Bier destacou a crescente importância de estados e municípios na receita tributária brasileira, passando de 37,7% do total, em 1988, para 43,6%, em 1997.

Senadores fazem elogios e críticas

No debate sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) lamentou a fixação, como na Lei Camata, de um percentual fixo (60%) para gastos com pessoal. Para ele, o gasto com pessoal é uma questão ideológica: enquanto alguns governantes acham que o melhor é fazer obra, outros consideram que o melhor é prestar serviços de segurança, saúde e educação à população.

– São os serviços que mais gastam com pessoal – afirmou o senador.

Outra questão formulada pelo senador aos palestrantes – o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier – foi a respeito da responsabilidade quanto ao orçamento cambial. De acordo com Saturnino, a entrada de capitais na compra de patrimônio brasileiro acarretará em um “endividamento gigantesco” no futuro, devido à re-

messa de lucros para o estrangeiro. Bier, no entanto, respondeu que este gasto será menor que o executado atualmente com o pagamento dos juros da dívida.

O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) lamentou que as penalidades pela irresponsabilidade fiscal venham em lei separada. Francelino Pereira (PFL-MG) também estranhou o fato de o projeto sobre a responsabilidade fiscal não tramitar junto com a lei que define os crimes e as penalidades. Tavares explicou que isto acontece porque a Lei de Responsabilidade Fiscal é complementar, enquanto as penalidades criminais, por tradição do Direito brasileiro, são tratadas em leis ordinárias. O projeto que trata das penalidades está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Já José Eduardo Dutra (PT-SE) previu que os conselhos de Gestão Fiscal, previstos no projeto, não deverão ser constituídos, uma vez que as normas gerais, na ausência destes, serão dita-

das pelo governo federal, conforme determina o texto em discussão. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, lamentou que a coordenação do governo para programas sociais seja falha.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que, com a aprovação da lei, “será dobrada uma esquina na história do Brasil”. Já Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a criação de uma delegacia especializada em crimes contra a administração pública. O senador Paulo Souto (PFL-BA) lembrou que o projeto porá fim ao problema dos servidores inativos nas três esferas de poder.

Os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Lúdio Coelho (PSDB-MS) elogiaram a iniciativa do governo de enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei complementar, previsto desde a promulgação da Constituição, em 1988. Ao final da reunião, o relator da matéria na CAE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), disse que falará quando entregar seu voto, na semana que vem.

Pitta presta esclarecimento sobre dívida paulistana hoje

O prefeito de São Paulo, Celso Pitta, participa de audiência pública que a Comissão de Assuntos Econômicos realiza hoje, a partir das 10 horas. Pitta vem prestar esclarecimentos aos senadores sobre o processo de refinanciamento de dívidas da capital paulista junto à União, que somam aproximadamente R\$ 10,5 bilhões.

A matéria está sendo relatada na comissão pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), autor do requerimento que resultou no convite a Pitta. Jucá quer discutir aspectos relacionados também à rolagem da dívida resultante de títulos públicos emitidos para o pagamento de precatórios.

O assunto foi tratado na última

sexta-feira também pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) que, em pronunciamento, defendeu que os resultados da CPI dos Precatórios orientassem os senadores na decisão que deverão tomar sobre reescalonamento dado à dívida pública da prefeitura de São Paulo.

Sem entrar no mérito das denúncias feitas pela ex-esposa do prefeito, Nicéa Camargo, o senador insistiu na necessidade de os senadores terem critérios objetivos para diferenciar, no volume de títulos públicos a serem refinanciados, aqueles que, emitidos para o pagamento de precatórios judiciais, foram destinados a outros fins.

CCJ deve votar substitutivo que proíbe a venda de armas

O substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) sobre os três projetos em tramitação no Senado que regulam a comercialização e o uso de armas de fogo deve prever a proibição da venda, exceto às Forças Armadas, às polícias federal e estadual, às guardas municipais, às empresas de segurança e aos clubes de caça e tiro legalmente estabelecidos. A informação foi dada pelo senador, adiantando que o relatório poderá ser votado na reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Renan Calheiros disse que, em seu substitutivo, sugerirá a indenização às pes-

soas que possuam porte e que devolvam suas armas num prazo de até 360 dias após a promulgação da lei. Ele pretende também incluir, no seu substitutivo, a aprovação popular da proposta por meio de referendo, a ser realizado conjuntamente com as eleições municipais de outubro próximo.

– É hora de o Senado Federal votar esse assunto, que já foi fartamente discutido pelos senadores. Todos têm opinião formada e não podemos mais retardar sua votação – afirmou o senador, que disse concordar com a tramitação urgente da matéria sugerida pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Comissão discute a MP dos fundos constitucionais

Os parlamentares da comissão mista destinada a examinar a medida provisória que altera a legislação sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste reúnem-se hoje, às 10h, para discutir a elaboração do relatório final sobre o assunto. A comissão é presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e tem como vice-presidente o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

O relator da matéria é o deputado Francisco Garcia (PFL-AM), que destaca como grande vantagem da MP a determinação de taxas de juros fixas para os empréstimos concedidos com recursos dos fundos, variando de 9% a 16%, de acordo com o tamanho da propriedade rural ou industrial tomadora.

A MP foi reeditada no último dia 13 pelo Executivo, e a comissão, que já

promoveu vários debates e audiências públicas com autoridades, deverá concluir o exame da matéria até o dia 27.

Os fundos constitucionais foram criados pela Constituição de 1988 para financiar setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A União é obrigada a repassar 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para esses programas.

De acordo com dados do BNDES, foram repassados, no ano passado, R\$ 286 milhões para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e o mesmo valor para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) recebeu, no mesmo período, R\$ 853 milhões.

CAE aprova nome de Grossi para diretoria do BC

Vinte e dois senadores votam a favor da indicada pelo presidente para chefiar a Fiscalização do banco. Oposição e dois senadores do PMDB retiraram-se da sessão antes da sabatina, depois que requerimento adiando decisão foi rejeitado

O nome de Teresa Cristina Grossi Togni, indicada pelo presidente da República para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por 22 votos favoráveis, todos da base governista. O Bloco Oposição retirou-se antes de iniciada a sabatina e não votou a indicação, assim como os senadores peemedebistas Pedro Simon (RS) e Roberto Requião (PR). Caberá agora à Mesa do Senado definir a data em que a indicação será submetida ao Plenário.

Os 22 senadores que aprovaram o nome da funcionária de carreira do Banco Central acompanharam o parecer favorável apresentado por Jorge Bornhausen (PFL-SC), que se opôs ao argumento oposicionista de que o nome de Teresa Grossi deveria ser rejeitado por ela ter sido indiciada em duas ações por improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público.

Para Bornhausen, as ações “estão em primeira instância, em fase de complementação de contestações, sem quaisquer decisões iniciais”. Além disso, duas cautelares de indisponibilidade de bens, de afastamento das funções públicas e de quebra do sigilo fiscal foram apenas parcial-

mente aceitas por juiz federal: a indisponibilidade de bens atingiu os diretores do Banco Central citados nas ações e excluiu os funcionários, “não atingindo, portanto, a indicada”, como disse o relator. Finalmente, a própria liminar já foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal (TRF).

Caso venha a assumir o cargo, Teresa Grossi disse que dará prioridade ao Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros e solicitou a colaboração do Congresso no que diz respeito à aprovação das leis necessárias ao melhor desempenho da fiscalização do sistema financeiro.

O departamento fiscaliza 196 bancos comerciais e múltiplos, 513 outras instituições bancárias, 2.500 fundos de investimentos, mais de 1.200 cooperativas de crédito e em torno de 400 administradoras de consórcios, distribuídos em 3.700 municípios e 25 mil agências ou postos de atendimento. “Os números bastariam para demonstrar as dificuldades da fiscalização”, afirmou a indicada.

Oposição recusa-se a sabatinar

Os senadores do Bloco Oposição e os senadores Roberto Requião (PR) e Pedro Simon (RS), do PMDB, recusaram-se a participar da sabatina de Teresa Grossi, indicada pelo presidente da República para assumir a Diretoria de Fiscalização do Banco Central (BC). Depois da rejeição de requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pedindo o sobrestamento da votação do parecer do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) sobre a indicação, os senadores retiraram-se sala da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O requerimento pretendia que uma decisão do Senado sobre a indicação de Teresa Grossi fosse precedida pela conclusão das ações judiciais movidas pelo Ministério Público contra ela por improbidade administrativa. A indicada participou, em janeiro de 1999, da operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam, que resultou em prejuízo ao erário e foi citada no relatório final da CPI dos Bancos.

Para Roberto Saturnino (PSB-RJ), com a indicação, o presidente Fernando Henrique desrespeitou o Senado ao “jogar no lixo” as conclusões da CPI. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) acredita que a ex-chefe de Fiscalização do BC não foi uma “mera executora de ordens” e não praticou devidamente as funções de sua competência.

Nessa linha, Requião afirmou que a indicada foi responsável “objetiva e di-

reta” pela operação, lembrando que foi ela quem “encomendou” da Bolsa de Mercadorias & Futuros documento afirmando que havia risco de crise sistêmica. Dutra e Simon declararam que a aprovação do nome de Teresa Grossi pode desmoralizar o Senado, pois desconsidera as conclusões de uma CPI, aprovadas por unanimidade.

Roberto Freire (PPS-PE) pretende apresentar em Plenário requerimento para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania seja ouvida. Ele acredita que, de acordo com o Regime Jurídico Único dos servidores públicos, o funcionário sobre quem pesam acusações deve ser afastado do cargo até o fim das investigações.

O líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), recorreu ao *Dicionário Aurélio* para interpretar o relatório final da CPI dos Bancos, que, em trecho lido por ele, afirma que irregularidades foram apenas “vislumbradas”. Ou seja, para ele, a CPI conseguiu mostrar apenas “um fraco clarão de luz” ou “conhecer imperfeitamente” os fatos que envolveram o socorro aos bancos.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Heloísa Helena (PT-AL), Lauro Campos (PT-DF) — que se retiraram da reunião —, Ernandes Amorim (PPB-RO), José Alencar (PMDB-MG) e Agnelo Alves (PMDB-RN) também participaram das discussões até a votação do requerimento de Dutra.



Já sem a presença de senadores contrários à sua indicação, Teresa Grossi foi sabatinada ontem à noite pela Comissão de Assuntos Econômicos

FHC exime indicada de culpa na venda de dólares pelo BC

Em carta enviada ao Senado, lida ontem em Plenário, o presidente Fernando Henrique Cardoso eximiu a funcionária Teresa Cristina Grossi, indicada para a Diretoria de Fiscalização do Banco Central, de responsabilidade no episódio da venda de dólares a preços favorecidos aos bancos Marka e FonteCindam, em janeiro de 1999. Conforme o presidente da República, a atuação dela no caso limitou-se “a cumprir à risca seu dever funcional e não faltar com o dever da franqueza e honestidade quando de seu depoimento no Senado”. O presidente informa ainda que, sem abdicar de suas responsabilidades constitucionais, mantém a indicação.

A leitura da carta foi feita pelo segundo-secretário do Senado, Carlos Patrocínio (PFL-TO), conforme determinação do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães. Nela, Fernando Henrique refere-se a ofício em que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) faz considerações a respeito da indicação e diz que o parlamentar paulista deve saber o quanto “injusto e indevido é emitir julgamentos sobre fatos e pessoas com a desconsideração das circunstâncias históricas de maior peso no processo de tomada de decisões e, o que é mais grave, com a desconsideração do sagrado direito de defesa, assegurado constitucionalmente”.

Para Suplicy, ofício contradiz a CPI e o Ministério Público

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a carta do presidente Fernando Henrique contradiz as conclusões da CPI dos Bancos e dos procuradores da República que encaminharam ofício apontando atos de improbidade administrativa por ela cometidos. Conforme Suplicy, os dois procuradores concluíram pela necessidade de encaminhar à Justiça ação para julgamento do procedimento de Teresa Grossi como chefe interina do Departamento de Fiscalização do Banco Central. O senador lembrou ter sido ela quem solicitou à BM&F a carta com a suposta alegação de risco sistêmico para justificar posteriormente a “anterior e ilícita operação” daquela instituição financeira em auxílio ao patrimônio privado dos bancos Marka e FonteCindam.

“Concluíram aqueles procuradores que a participação da senhora Teresa Grossi na realização da operação fraudulenta foi ativa e independente”, disse ainda o senador.

Ao final da intervenção de Suplicy, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comentou o ofício dos dois procuradores. Antonio Carlos afirmou que a correspondência contraria a Lei Complementar 75/93, que dispõe sobre a organização, atribuições e estatuto do Ministério Público.

Isso em razão do fato de que informações do MP, quando destinadas a membros do Congresso Nacional, devem ser encaminhadas pelo procurador-geral da República ou por alguém que tenha recebido delegação dele. O presidente do Senado disse que o ofício dos procuradores não contém qualquer referência a delegação de competência por parte do procurador-geral, nem menciona qualquer base legal para ter sido expedido:

— Por isso, no mínimo, é de se estranhar o comportamento dos membros de um órgão que tem por missão constitucional fiscalizar a aplicação da lei e defender a ordem jurídica, uma vez que eles estão atuando em desacordo com a lei orgânica do próprio Ministério Público do qual são integrantes.

Senadores, em Plenário, debatem carta

A indicação de Teresa Grossi e carta do presidente da República defendendo-a levaram oito senadores a manifestarem-se contra e a favor da funcionária. “Pensei que o sr. Fernando Henrique Cardoso ia pedir a retirada de sua mensagem”, disse Roberto Freire (PPS-PE). Para Freire, se o relatório de uma CPI diz que Teresa Grossi participou de atos lesivos aos interesses públicos, o governo devia ter a sensibilidade de não indicá-la para uma diretoria do BC.

José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou que, funcionária concursada, Teresa Grossi tem uma folha de serviços prestados ao Banco Central, não podendo ser penalizada por ter cumprido ordens superiores. Ele também afirmou que o relatório da CPI não indiciou ninguém, até porque CPI não tem esse poder. Da mesma forma, o senador Edison Lobão (PFL-MA) se disse convencido de que a funcionária não teve nenhuma participação no processo que resultou na ajuda a dois bancos privados.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que, como Arruda, o presidente provavelmente foi mal informado a respeito do que foi dito no depoimento que Teresa Grossi prestou à CPI do Sistema Financeiro. Para o senador, o ofício do presidente ao Senado se origina dessa desinformação.

José Eduardo Dutra (PT-SE) declarou que ninguém no Senado estava questionando se Teresa Grossi é ou não funcionária concursada. Também observou que o relatório da CPI não responsabiliza apenas os diretores, mas também os funcionários da área de fiscalização, onde Teresa Grossi atuava.

Heloísa Helena (PT-AL) se disse envergonhada com a postura do governo federal e com os argumentos apresentados para que o Senado aprovasse o nome de Teresa Grossi. Anunciando seu voto contrário à indicação da funcionária, Ernandes Amorim (PPB-RO) lembrou que o Banco do Estado de Rondônia (Beron) promoveu uma “lavagem de dinheiro” no montante de R\$ 2 bilhões e foi levado à falência na época em que Teresa Grossi trabalhava na fiscalização do BC e poderia ter denunciado o que estava acontecendo.

Roberto Requião (PMDB-PR) confessou sua perplexidade com a carta do presidente, lembrando que esse é o mesmo governante que concedeu antecipação de receita orçamentária (ARO) a São Paulo depois de conhecidos os resultados da CPI dos Precatórios. “O presidente em nada mais me surpreende. Minha surpresa se dá em relação ao Senado”, disse ele.

CAS analisa hoje três projetos sobre produtos transgênicos

Duas propostas tratam de rotulagem e têm parecer favorável, mas relator é contrário à proibição de plantio e comercialização

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 9h, para apreciar nove matérias, entre elas projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) estabelecendo a obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo organismos geneticamente modificados (OMG) ou derivados. A matéria, que será examinada em caráter terminativo, tramita em conjunto com outras duas: o projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que trata igualmente da obrigatoriedade de advertência no rótulo desse tipo de produto, e o da senadora Marina Silva (PT-AC), que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de transgênicos. O relator das matérias, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), tem parecer favorável à rotulagem, mas contrário à proibição do plantio e comercialização dos organismos geneticamente modificados.

Na justificativa de seu projeto, Patrocínio afirma que o Código de Defesa do Consumidor garante à população o direito de conhecer a composição básica do produto e de saber se é ou não transgênico. Acrescentou que a proposta permitirá ao consumidor decidir de forma consciente se deseja ou não usar alimentos com OMG.

Mais cinco projetos com decisão terminativa serão analisados pela CAS, que é presidida pelo senador Osmar Dias



Patrocínio: proposta permitirá ao consumidor decidir de forma mais consciente

(PSDB-PR). Um deles, também de Patrocínio, prevê aos mutuários do Programa de Crédito Educativo a possibilidade de pagarem suas dívidas prestando serviços voluntários. O relator, Carlos Bezerra (PMDB-MT), deu parecer contrário.

Projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que também será examinado pela CAS propõe a obrigatoriedade de exames complementares para gestantes, incluindo a detecção do vírus da Aids, da hepatite e dos agentes da sífilis e da toxoplasmose. A matéria tem parecer favorável do relator, Mozarildo Cavalcanti

(PFL-RR), na forma de substitutivo.

Outros dois projetos do senador Tião Viana estão em pauta. O primeiro dispõe sobre a vigilância sanitária, atribuindo a medicamentos, insumos farmacêuticos e cosméticos um símbolo que corresponderá à sua categoria de risco. O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), é favorável à aprovação. O outro projeto institui o Dia Nacional de Vacinação contra a Hepatite B. Com parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), a proposta determina que o dia de combate à hepatite B ocorra em conjunto com o dia de multivacinação.

A CAS também examinará proposta do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) determinando a empresas com mais de cem empregados que destinem 3% de suas vagas a portadores de deficiência física. A matéria é relatada por Antero de Barros (PSDB-MT), que deu parecer favorável na forma de substitutivo.

Serão ainda discutidos projeto de Marina Silva que estende o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; proposta de José Roberto Arruda (PSDB-DF) que autoriza a criação dos conselhos federais e regionais de leiloeiros oficiais; e projeto da Câmara proibindo professores de ministrar mais de quatro aulas consecutivas ou seis aulas intercaladas na mesma instituição.

Debate reúne Serra, Paulo Renato e Jatene

O ministro da Saúde, José Serra, participa de audiência pública que a Comissão de Assuntos Sociais realiza hoje à tarde para discutir projeto de lei que possibilita aos hospitais universitários captarem recursos provenientes de internações hospitalares.

A matéria, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), também será

discutida, na mesma reunião, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, pelo cirurgião Adib Jatene e pelo presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira.

O projeto autoriza os hospitais universitários a destinarem até 25% dos seus leitos a pacientes que se dispõem a pagar pela assistência prestada. O

atendimento, conforme dispõe a matéria, deve ser idêntico ao dos demais pacientes, admitindo-se diferenças apenas no que se refere à hotelaria.

Alcântara também propõe que os recursos obtidos dessa forma sejam integralmente utilizados para a manutenção dos hospitais e para a melhoria das condições de atendimento.

Comissão dos Bingos ouve presidentes das federações de Minas e do Distrito Federal

A medida provisória que proíbe o controle de dois ou mais clubes esportivos por uma única empresa deve, na opinião do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), conter mecanismos rígidos impedindo que os patrocinadores detenham poder exagerado na administração dos esportes, especialmente no futebol. Maguito é relator da comissão mista que analisa a matéria:

— Os clubes administram paixões e precisamos tratar o futebol brasileiro com cautela e espírito público — disse.

Ontem a comissão reuniu-se e deu continuidade às discussões, ouvindo em audiência pública os presidentes das federações de futebol do Distrito Federal, Weber Magalhães, e de Minas Gerais, Elmer Ferreira. Maguito



Audiência pública reuniu presidentes das federações de futebol do Distrito Federal e de Minas Gerais

afirmou que considera uma aberração a obrigatoriedade constante da Lei Pelé de que os clubes de futebol

tornem-se empresas. Na sua opinião, já existe consenso no Congresso para que seja modificado este dispositivo.

Além da proibição, a MP institui taxa de funcionamento de bingos, com valores entre R\$ 4 mil e R\$ 6 mil. Afirmando que os bingos encontram-se desmoralizados, em virtude de suspeitas de irregularidades, Maguito sugeriu que a fiscalização dessas casas de jogos seja entregue à Caixa Econômica e à Receita Federal.

Saturnino discute produção audiovisual

A produção audiovisual brasileira é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, à 1 hora e às 6h30. Os convidados do programa são o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Walkiria Barbosa, coordenadora do FestRio. Saturnino acredita que, com as leis do Audiovisual e Rouanet, houve uma ressurreição da produção cinematográfica brasileira, que nos anos 90/92 tinha chegado praticamente a zero.

Em sua avaliação, a produção retomou um ritmo interessante, embora ainda aquém do desejado. Os dois entrevistados destacam o potencial turístico da atividade cinematográfica, e lamentam que seja pouco explorado no Brasil. O senador destaca que o cinema é uma indústria com caráter muito especial, que, além de gerar emprego e receita, contribui para a projeção da imagem do país.

Alíquotas do Simples, tema para Álvaro

Em entrevista à TV Senado que vai ao ar hoje, às 3h30, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) explica como funciona o projeto que altera as alíquotas dos impostos cobrados das microempresas e empresas de pequeno porte através do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos (Simples). Para o senador, o projeto, que unifica as alíquotas hoje existentes, estimula o cres-

cimento das micro e pequenas empresas.

O senador fala, ainda, sobre projeto de sua autoria que obriga o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a destinar 22% do seu orçamento de investimento à agroindústria. A medida, afirma o senador, irá incentivar o crescimento do setor e gerar empregos.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

0h55 — *Senado em Pauta*
1h — *Debate*: Senador Roberto Saturnino e Walkiria Barbosa, diretora do FestRio, falam sobre a globalização e audiovisual
1h55 — *Senado em Pauta*
2h — *Unip*: A beleza da pele nº 03
2h25 — *Senado em Pauta*
2h30 — *Jornal do Senado*
2h55 — *Senado em Pauta*
3h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
3h30 — *Entrevista*: Senador Álvaro Dias fala sobre o estímulo à microempresa
3h55 — *Senado em Pauta*
4h — *Jornal do Senado*
4h25 — *Senado em Pauta*
4h30 — *Unip*: A beleza da pele nº 03
4h55 — *Senado em Pauta*
5h — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Marabá
5h30 — *Cores do Brasil*: Turismo em Pernambuco
5h55 — *Senado em Pauta*
6h — *Unip*: A beleza da pele nº 03
6h25 — *Senado em Pauta*
6h30 — *Debate*: Senador Roberto Saturnino e Walkiria Barbosa, diretora do FestRio, falam sobre a globalização e audiovisual
6h55 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Senador Álvaro Dias fala sobre o estímulo à microempresa

7h55 — *Senado em Pauta*

8h — *Jornal do Senado*

8h30 — *TV Escola* — Paisagens Brasileiras: Marabá

8h55 — *Senado em Pauta*

9h — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)

Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos e

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)

Logo após — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*

Em seguida — Música e informação

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Em seguida — Música e informação

14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)

Em seguida — Música e informação

19h — *A Voz do Brasil*

Em seguida — Música e informação

20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste

Em seguida — Música e informação

21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação

21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação

0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)

Em seguida — Música e informação



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Ademir propõe controle social das verbas do Fundef

Projeto apresentado pelo senador prevê a obrigação de estados, municípios e o Distrito Federal constituírem conselho de acompanhamento da repartição, transferência e aplicação dos recursos do fundo destinado a melhorar ensino fundamental

Maria do Carmo cobra bom senso e pede juros mais baixos

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) reivindicou, ontem, juros mais baixos para dinamizar a economia e gerar empregos. Ela disse esperar que na reunião de hoje do Conselho de Política Monetária (Copom) “reine o bom senso na cúpula econômica para atender aos apelos dramáticos do setor produtivo nacional, que está cansado de conviver com juros básicos de 19% ao ano, os mais altos do mundo”.

Lembrando que os juros já foram superiores a 40% ao ano, Maria do Carmo disse que “alguns monetaristas podem argumentar que 19% representam um patamar suportável, mas não é verdade”. Ela citou o caso do Chile, “que tantos querem ver integrando o Mercosul”, onde os juros são de



Maria do Carmo alerta que empresas estão cansadas de juros altos

5% ao ano. “Como esperar que os empresários brasileiros possam competir com chilenos, com fronteiras alfandegárias abertas, pagando juros quatro vezes maiores?”, perguntou.

Maria do Carmo citou cálculos do economista Octávio de Barros demonstrando que, se os juros fossem reduzidos de 19% para 18%, haveria uma economia de R\$ 5,6 bilhões na rolagem da dívida interna brasileira. “Com tantos projetos governamentais precisando de dotação orçamentária, essa seria certamente uma boa notícia para os desenvolvimentistas, entre os quais já se inclui o ministro Alcides Tápias, que vem defendendo a necessidade urgente de diminuir os juros para alcançar a retomada do crescimento econômico.”

Marina Silva percorre locais da obra de Drummond em Itabira

As emoções e reflexões do itabirano Carlos Drummond de Andrade, “poeta maior” do Brasil, foram visitadas em 42 estações pela senadora Marina Silva (PT-AC). Cada uma das paradas dessa via poética, delimitada pela prefeitura petista de Itabira (MG), é cenário de um trecho da



Marina Silva observa que projeto melhora turismo em Itabira

via o personagem do célebre poema *José*. Além do engrandecimento cultural, o projeto está contribuindo para aumentar as receitas do município com o turismo, informou a senadora.

— A poesia de Drummond nos lembra que precisamos de gestos que salvem as almas, mas também os homens — disse Marina Silva.

Para a senadora, o resgate do patrimônio histórico de Itabira, principalmente aquele que compõe a vida e parte da obra de Drummond, é uma das realizações mais importantes da prefeitura, que instituiu o mecanismo do orçamento participativo de forma setorizada. Marina mencionou também como de grande valor os programas de atendimento à mulher, especialmente as frentes de trabalho para mães de família que ficaram responsáveis pelos filhos depois de serem abandonadas pelos companheiros.

Batizado como o Museu de Território de Itabira — por não estar confinado a um edifício, mas abranger áreas de vivências do poeta —, o conjunto de referências urbanas mapeado pela administração da cidade permite ao visitante observar, por exemplo, o casarão em que vi-

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto de lei aumentando a fiscalização sobre os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Ele entende que a criação do fundo representou um avanço para o ensino fundamental do país, mas observou que “prefeitos corruptos e desonestos estão desviando suas verbas para outras finalidades, como comprovam mais de mil queixas apresentadas junto ao Tribunal de Contas da União (TCU)”.

O projeto exige que estados, Distrito Federal e municípios constituam o Conselho de Acompanhamento e Controle Social da repartição, transferência e aplicação dos recursos do fundo, para que possam receber os recursos do Fundef. Ademir argu-



Ademir Andrade pretende evitar distorções que cercam a transferência e o uso dos recursos

menta, em sua justificativa, que dados da Secretaria Fundamental do MEC atestam que, em novembro de 1999, apenas 46,1% dos municípios brasileiros já tinham constituído seus respectivos conselhos.

Para garantir que o conselho

realmente cumpra suas funções de fiscalização dos recursos, o projeto prevê a exigência de apresentação de um relatório anual de suas atividades de acompanhamento e controle dos recursos do Fundef, que deve acompanhar a prestação de contas que estados, Distrito Federal e municípios enviam aos tribunais de Contas.

Segundo Ademir, é preciso, ainda, corrigir as distorções que cercam o pagamento de acordo com o número de alunos efetivamente matriculados. “Ao solicitar o pagamento, com dados do início do ano anterior, abre-se caminho para distorções. Por isso, o projeto exige que se faça nova contagem de alunos no meio do ano para que os recursos do Fundef possam acompanhar mais de perto a evolução do número de matrículas”, concluiu.

Moreira Mendes rejeita posição da CNC e defende Confederação Nacional do Turismo

A criação da Confederação Nacional do Turismo (CNTUR) foi defendida ontem, em discurso pronunciado em Plenário, pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ele criticou a tentativa de impugnação da nova confederação pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), que solicitou ao Ministério do Trabalho o cancelamento do registro da CNTUR.

Segundo o senador, os dirigentes da entidade estão preocupados com a transferência para a nova confederação dos sindicatos e federações das áreas de hotelaria, lazer, diversão, restaurantes, bares, empresas organizadoras de eventos e parques temáticos. Essas entidades representam um milhão e meio de empresas e carregam recursos tanto para a CNC como para as entidades de assistência social (Sesc) e treinamento de mão-de-obra (Senac).

Para Moreira Mendes, são frágeis os argumentos da CNC de que a lei não permite mais de uma confederação por esfera de atuação e base territorial. É que o turismo se

apresenta como área de interesses distintos dentro do setor de serviços, do qual também faz parte o comércio. O senador lembrou, ainda, que várias federações de entidades ligadas ao turismo já se desligaram da CNC e que há uma confederação nacional de trabalhadores em turismo e hotelaria, da qual a CNTUR seria o natural contraponto.

— O comportamento da CNC é destinado a impedir que o turismo, reconhecidamente um dos mais importantes setores da economia mundial, venha a ter o desenvolvimento que lhe permita real contribuição para o deslinde dos graves problemas sociais do país — disse Moreira Mendes.

VIAGEM

Em seu discurso, o parlamentar fez breve relato de recente viagem a Berlim, onde esteve como observador do Senado na Bolsa Internacional de Turismo. Segundo o senador, na ocasião a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) mais uma vez atuou de forma séria na promoção do turismo brasileiro. Moreira Mendes trouxe da Alemanha a satisfação de ver uma matéria escrita por jorna-



Moreira Mendes apoiou a realização pelo governo de fóruns setoriais de competitividade

lista alemão sobre ecoturismo em Rondônia ganhar o primeiro prêmio da revista *National Geographic*.

A realização pelo governo dos fóruns setoriais de competitividade foi elogiada por Moreira Mendes. Os fóruns têm como objetivo estimular os diversos setores — entre eles o do turismo — na geração de empregos, como caminho para fortalecer o mercado interno e promover a distribuição da renda, além de diminuir as desigualdades regionais e aumentar as exportações.

Jader sugere que FHC reúna líderes para discutir mínimo

Presidente do PMDB envia carta ao presidente da República sugerindo que encontro “reflita a coincidência de objetivos da sua base política”

Em carta encaminhada ontem ao presidente da República, o presidente nacional do PMDB e líder do partido no Senado, Jader Barbalho (PA), propõe que Fernando Henrique Cardoso reúna com urgência os líderes de todos os partidos que sustentam o governo no Congresso para discutir o problema do salário mínimo:

– Desde logo, o PMDB coloca-se à disposição de Vossa Excelência para tal entendimento, que reflita a coincidência de objetivos de sua base política, evitando que, aos olhos do povo brasileiro, alguns possam parecer socialmente indiferentes e outros apenas demagogos – diz Jader na carta.

Para o líder peemedebista, ape-



Jader defende que reajuste alcance o melhor valor para o trabalhador

sar de todos os partidos da base governista desejarem que o reajuste do salário mínimo “alcance o me-

lhor valor para o trabalhador”, a polémica sobre o assunto passou à sociedade a imagem de que existem dois grupos em disputa. De um lado, os que defendem um salário equivalente a US\$ 100 e, de outro, os que querem o reajuste dentro “da realidade econômica e previdenciária” do país. Quem defende os US\$ 100 seria “arauto da justiça social”, enquanto o outro grupo seria contrário aos os trabalhadores.

Por entender que a divergência entre os dois grupos “se reflete nas relações político-partidárias”, o presidente nacional do PMDB sugere a reunião de líderes, para esgotar o assunto, inclusive considerando as repercussões econômicas e previdenciárias do reajuste do mínimo.

Heloísa critica a “retórica governista”

Ao contrapor, no debate sobre o aumento do salário mínimo, a “racionalidade” madura dos técnicos à paixão da classe política, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, na verdade estaria recorrendo, segundo a senadora Heloísa Helena (PT-AL), à “velha retórica governista de dissimular a intenção política de perpetuar a miséria no país”. Pela lógica governista, acrescentou, são racionais as decisões “que condenam as pessoas à cesta básica eterna”.

São os racionais e “eméritos calculadores de déficits” que, na opinião da senadora, recorrem a números divergentes para justificar que cerca de 15 milhões de pessoas, em torno de 21% do mercado de trabalho, e 12 milhões de aposentados “tenham um aumento pífio”. Numa semana o ministro do

Planejamento, Mar- tus Tavares, declara que para cada R\$ 5 de aumento no salário mínimo acima dos R\$ 145 previstos no Orçamento da União haverá gasto adicional da ordem de R\$ 1 bilhão nas contas públicas. Na semana seguinte, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirma que a cada

real adicionado aos R\$ 145 o impacto sobre as contas públicas será do mesmo R\$ 1 bilhão.

À racionalidade governista, Heloísa Helena contrapôs “a racionalidade de economistas como Márcio Pochman, da Universidade de Campinas, cujas pesquisas verificaram



Heloísa: retórica governista quer justificar aumentos pífios

que, apenas na década de 90, a riqueza nacional cresceu 20%, a remuneração do pessoal ocupado caiu 8%, enquanto aqueles que ganham em torno de um salário mínimo perderam 36% de sua renda”.

Ainda segundo a senadora, “aumentos não irrisórios do salário mínimo implicariam a quebra da Previdência, conforme os ‘racionais’”, aos quais a senadora respondeu que a questão previdenciária brasileira não será resolvida com achatamento salarial, pois o problema é estrutural, de redução do número de contribuintes.

Machado homenageia Patativa do Assaré



Para Sérgio Machado, Patativa é um “semeador do simbólico e do real, a um só tempo”

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) homenageou o poeta popular Antônio Gonçalves da Silva, mais conhecido como Patativa do Assaré, pelo transcurso de seu aniversário, no dia 5 deste mês, quando completou 91 anos. Machado citou versos do poeta, que dizem:

– Foi em mil e novecentos e nove qu’eu vim ao mundo. Foi na Serra de Santana, em uma pobre choupana, humilde e modesto lar. Foi ali onde eu nasci e a cinco de

março vi os raios da luz solar.

Patativa do Assaré, segundo o senador, é um semeador do simbólico e do real, a um só tempo. O poeta, acrescentou, gosta de afirmar que o mundo dele é a poesia e a agricultura. A maior parte da obra de Patativa do Assaré, observou, é dedicada a semear a palavra pelos sertões, serras e mares do Nordeste, pregando, com os versos de sua poesia, justiça, paz, amor e fraternidade entre as pessoas.

Iris elogia reativação de entidade de secundaristas

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) apresentou requerimento de voto de aplauso aos estudantes do estado de Goiás, pela reativação da União Goiana dos Estudantes Secundaristas, que retomou suas atividades em agosto do ano passado, depois de 32 anos desativada pelo regime militar.

O parlamentar disse ter sido convidado para fazer parte do quadro social da entidade, na condição de sócio benemérito, e destacou o esforço de seu presidente, Rochester de Almeida Benevides, que, com seu empenho, retomou as atividades “tão importantes para a formação cívica dos jovens do estado de Goiás”:

– É com alegria que saúdo o renascimento dessa agremiação, que oferece possibilidades de



Iris Rezende saudou reabertura da União Goiana dos Estudantes Secundaristas

preparação dos jovens para a cidadania plena. Vejo com satisfação o seu interesse nas atividades de organização e representação, tão próprias do exercício democrático e tão necessárias ao fortalecimento da própria democracia – ressaltou o senador.

Nabor quer placas prestando conta das obras públicas

Obrigar o administrador público a prestar contas de seu trabalho de forma direta e paralela ao desenvolvimento das obras. Este é o objetivo do projeto apresentado pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), determinando alterações na legislação sobre regras para licitações e contratos (Lei nº 8.666, de junho de 1993) para obrigar a afixação, em lugar de fácil visualização, de placa informativa da realização de obras ou da prestação de serviços públicos.

De acordo com o projeto apresentado, os órgãos e entidades da administração pública federal, inclusive sociedades controladas direta ou indiretamente pela União, ficam obrigados a afixar a placa informativa sobre a obra.

A proposta de Nabor exige que essas placas apresentem o nome do órgão ou da entidade financiadora de forma destacada, além do nome do órgão ou entidade responsável pela execução, nomes das pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a execução da obra ou prestação do serviço, identificação da obra ou do serviço com dados sobre extensão, área, finalidade, valor e origem dos recursos, bem como previsão do prazo de execução e nomes dos autores do projeto e responsáveis técnicos.



Nabor: projeto veda propaganda política ou administrativa nas placas

O senador também propõe incluir um parágrafo específico contra desvios de finalidade. Por esse motivo, o projeto proíbe a afixação, modificação ou adição de informações passíveis de caracterização como propaganda político-administrativa ou promoção pessoal, inclusive em obras ou serviços já executados ou contratados por administrações anteriores.

A matéria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, em caráter terminativo. Isso significa que, em caso de aprovação e não recebendo qualquer solicitação de audiência do Plenário da Casa, o projeto seguirá diretamente para votação na Câmara dos Deputados.

Suassuna reivindica manutenção das frentes de trabalho no Nordeste

A chuva que caiu na região foi pouca e mal distribuída, afirma o senador, que considera “um absurdo” a suspensão, neste momento, da ajuda dada a 800 mil nordestinos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) reivindicou ontem a manutenção das frentes de trabalho no Nordeste, argumentando que a chuva que caiu na região foi pouca e mal distribuída. “São 800 mil nordestinos, chefes de família, que precisam desses R\$ 56 mensais para sobreviver. É um absurdo que o governo esteja pensando em suspender essa ajuda”, disse.

Segundo Suassuna, em muitos municípios nordestinos ainda não choveu. “Nas regiões em que houve chuva e os lavradores se apres-

saram em plantar, ainda faltam 60 dias para que possam colher e prescindir desse auxílio”, explicou. A bancada nordestina, informou o senador, enviou correspondência ao presidente da República, aos ministros da Integração Nacional, do Planejamento e da Casa Civil solicitando a manutenção das frentes de trabalho.

Em aparte, os senadores Luiz Otávio (sem partido-PA) e Ramez Tebet (PMDB-MS) se solidarizaram com as dificuldades dos nordestinos. Para o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), os brasilei-



Suassuna lembrou que a bancada nordestina já se manifestou pela manutenção das frentes

ros são imprevidentes em relação a todas as calamidades. “A Defesa Civil está despreparada tanto para socorrer a dor da seca quanto a das enchentes”, afirmou o sena-

dor, lembrando que apresentou projeto criando um incentivo fiscal para atender às calamidades, nos moldes da Lei Rouanet, que existe para a cultura.



Casildo Maldaner elogia a mobilização dos municípios em favor de seus habitantes

Maldaner destaca congresso municipalista

A realização do Congresso Nacional de Administração e Desenvolvimento Municipal, focado na geração de empregos e melhoria da qualidade de vida, foi anunciada pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). O encontro é intitulado “Governar 2000” e ocorrerá na cidade de Florianópolis (SC), de hoje a sexta-feira.

Segundo Maldaner, o encontro contará com a presença do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ministros, congressistas, governadores e reitores, além de especialistas e técnicos em administração pública e programas sociais. “É muito importante a mobilização dos municípios em favor de seus habitantes, uma vez que, antes de se morar no país ou no estado, mora-se no município”, observou.

O senador informou que o congresso analisará, em painéis e palestras, os temas que mais preocupam os brasileiros, como retomada do crescimento, criação de empregos e inclusão dos excluídos na sociedade. “Essa mobilização dos municípios é meritória, porque mostra como os problemas do país podem ser detectados e solucionados. Estava certa a Constituição de 88 quando adotou o caminho da descentralização”, disse.

Ao concluir seu pronunciamento, Casildo Maldaner afirmou que o “Governar 2000” torna-se ainda mais relevante por realizar-se num momento em que se preparam as eleições municipais. “Nelas, os brasileiros poderão fazer, por meio de seu voto, uma apreciação e uma síntese de suas experiências. Tenho certeza de que irão às urnas para exigir governos municipais honestos em sua postura ética e prudentes na condução equilibrada das contas públicas”, frisou.

Maguito aponta intimidação política contra integrantes do PMDB em Goiás

“Começaram as intimidações políticas em Goiás”, observou em discurso o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), ao afirmar que na cidade de Mineiros policiais militares armados invadiram, sem qualquer mandado judicial, a casa de uma viúva, mãe de um provável candidato a vereador, à procura de material de propaganda política.

Maguito disse que o provável candidato a vereador, José Sávio Vilela, produtor rural, “um jovem líder do PMDB, uma das revelações políticas do sudoeste goiano”, é adversário do partido do governador do estado, o PSDB.

— Desde sua posse, o atual governo tem tido uma postura agressiva em relação aos adver-



Maguito diz que o PMDB “não vai suportar calado qualquer tipo de agressão política”

sários. Perseguições de toda ordem contam-se às centenas em todo o estado. Já recebi várias denúncias de companheiros do PMDB, ameaçados de prejuízos em seus negócios e em suas empresas se não aderirem ao governo — disse.

Maguito Vilela teme que ocorra uma radicalização no proces-

so político de Goiás e informou que o PMDB já está tomando providências para punir os responsáveis pelo abuso de poder. “O meu partido irá se conduzir nas eleições municipais deste ano com serenidade e correção, mas não vai suportar calado qualquer tipo de agressão política”, concluiu.

Mozarildo apela ao governo por solução para área indígena

Ao relatar audiência mantida na Funai, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse ontem que “só resta apelar ao presidente da República e ao ministro da Justiça” para resolver o problema da demarcação de terras indígenas na Serra do Sol, em Roraima.

Mozarildo explicou que esteve com o presidente da Funai, Carlos Mares, acompanhado de 15 lideranças indígenas, mas saiu da audiência sem esperança. Ele lamentou que o presidente da Funai insista em manter à frente da administração regional do órgão em Roraima “uma pessoa que está

envolvida em ilícitos”, apesar da ocupação da sede por índios desde fevereiro.

O senador leu carta da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), entregue ao presidente da Funai, em que lideranças de várias etnias apresentaram uma pauta de reivindicações. Os índios exigem a presença do presidente da Funai para ouvir as propostas das comunidades indígenas *in loco*; a definição da área Raposa Serra do Sol, demarcação em blocos, definição das áreas administrativas de cada comunidade; demissão imediata do administrador re-



Mozarildo afirma ter saído de audiência com o presidente da Funai “sem esperança”

gional da Funai em Roraima, Walter Bloss, “devido a sua omissão e conivência com atos ilícitos”; nomeação de um líder indígena para o cargo; compra de bois, eletrificação rural, abertura de estradas e infra-estrutura sanitária, entre outras exigências.



Valadares pretende reduzir comprometimento da renda do comprador de casa própria

Valadares propõe deduzir do Imposto de Renda os juros do SFH

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei que inclui os juros pagos aos agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação entre os gastos dedutíveis do Imposto de Renda. De acordo com o projeto, poderia ser deduzido até R\$ 1,7 mil pagos em juros de financiamento para aquisição de casa própria.

— O comprometimento de parte considerável dos ganhos do indivíduo na realização do sonho da casa própria não pode ser ignorado pelo governo, ainda mais agora, que a moradia foi incluída entre os direitos sociais constitucionalmente assegurados, através da Emenda Constitucional nº 26 — assinalou.

Valadares acredita que permitir essa dedução é a melhor alternativa para minorar o sofrimento dos mutuários de menor renda, pois os juros cobrados representam “um peso enorme para os assalariados”.

Patrocínio destaca união de igrejas pela fraternidade

Satisfeito com aliança de católicos, ortodoxos e protestantes, senador elogia a criação de um fundo a ser utilizado em programas de auxílio às comunidades indígenas, aos sem-teto, aos sem-terra e aos flagelados pela seca do Nordeste

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) destacou que, pela primeira vez em 37 anos de existência da Campanha da Fraternidade, sete igrejas se unificaram para, a partir do primeiro dia da Quaresma, dirigir-se à sociedade em prol dos mais carentes.

As sete igrejas – Católica, Ortodoxa Síria Brasileira, Cristã Reformada do Brasil, Episcopal Anglicana, Evangélica Luterana, Metodista e Presbiteriana Unida – criaram um fundo comum, a Coordenadoria Ecumênica de Serviços, para administrar 40% do dinheiro arrecadado entre os fiéis, informou o senador. Do total arrecadado, grande parte será utilizada em programas de auxílio às comunidades indígenas e projetos de combate à seca do Nordeste. Os 60% restantes serão empregados em campanhas de apoio às populações carentes, em especial aos sem-teto e sem-terra.

Patrocínio registrou sua satisfação com o fato de o Senado ter-se antecipado às ações das igrejas cristãs na Campanha da



Patrocínio: Senado antecipou-se às ações de fraternidade ao examinar fundo contra a pobreza

Fraternidade ao apreciar proposta de emenda constitucional de criação do Fundo de Erradicação da Pobreza.

O parlamentar também convidou seus colegas a prestigiarem a mostra “O Tocantins e os 500 anos de descobrimento do Brasil”, aberta ontem, às 18h, na Senado Galeria, com a presença do governador do estado, José Wilson Siqueira Campos.

Projeto de Mozarildo Cavalcanti cria Fundos de Responsabilidade Social

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou projeto autorizando o Poder Executivo a estimular a criação de Fundos de Responsabilidade Social (FRS) destinados a contribuir para o saneamento financeiro e custeio dos sistemas de previdência social dos estados, municípios e Distrito Federal.

A iniciativa, segundo o senador, tem por objetivo dar cumprimento a dispositivos constitucionais que asseguram recursos extras para pagamento de proventos de aposentadorias e pensões concedidas a servidores e seus dependentes. De acordo com Mozarildo Cavalcanti, só terão direito ao aporte de recursos as unidades da Federação que firmarem contratos de



Mozarildo Cavalcanti

refinanciamento de suas dívidas com a União.

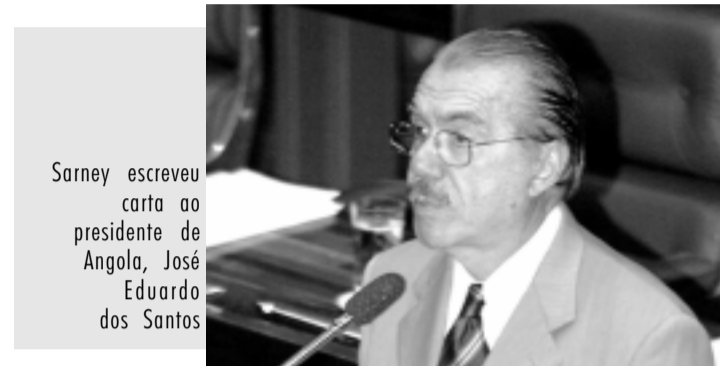
O projeto, que deverá ser apreciado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), estabelece que as disponibilidades financeiras dos Fundos de Responsabilidade Social serão geridas pelo Banco do Brasil e aplicadas em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Parte dos recursos comprometidos com o pagamento das dívidas dos estados e municípios junto à União, conforme prevê o projeto, seria transferida para esses Fundos. Além disso, os Fundos de Responsabilidade Social teriam reforço das receitas provenientes da venda de ativos, fruto da privatização de empresas.

Sarney defende Mário Soares dos ataques do governo de Angola

Em carta enviada ao presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, o senador José Sarney (PMDB-AP) protestou contra os ataques do governo angolano ao ex-presidente de Portugal Mário Soares. Invocando a autoridade de quem sempre defendeu em todos os fóruns internacionais o MPLA (partido que comandou a revolução em Angola) e o governo de Luanda, Sarney manifestou sua incompreensão diante das “referências feitas ao doutor Mário Soares”.

O senador decidiu escrever a Santos ao defrontar-se em Lisboa com a perplexidade e o protesto da sociedade civil e da imprensa portuguesa em face de “injúrias acusações e insultos”, feitos por alto funcionário do governo angolano ao ex-presidente e ex-primeiro-ministro



Sarney escreveu carta ao presidente de Angola, José Eduardo dos Santos

português. A carta, lida nesta terça-feira em Plenário, foi encaminhada à embaixada de Angola em Lisboa.

– Mário Soares é uma personalidade política importante e decisiva do país, homem cujas qualidades morais orgulham todos os que se expressam na língua portuguesa e estadista de estirpe mundial – disse Sarney, que julgou em sua manifestação interpretar o sentimento do povo bra-

sileiro para com um grande amigo do Brasil.

Quando era presidente da República, Sarney participou com Soares da fundação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, embaixador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. “As virtudes de caráter e integridade como estadista e democrata (de Mário Soares) são motivos de pleno reconhecimento”, diz Sarney em sua carta.

Eduardo Suplicy elogia ajuda brasileira a Timor Leste

Para registrar a importância da missão das Forças Armadas brasileiras em Timor Leste, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem carta enviada pelo frei João Xerri e por Lilla Azevedo relatando a situação atual naquele país. Segundo o senador, os brasileiros enviados a Timor Leste puderam constatar e comprovar a veracidade das informações dadas pelo Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) ao longo dos anos sobre os abusos e a violência cometidos contra a população daquele país.

– O povo merece também toda a ajuda por ser o único inocente nessa tragédia da invasão, ocupação, recente violência, saque generalizado, destruição de toda a infra-estrutura, casas, escolas, prédios do governo, incêndio de todos os arquivos e matança após o referendo do dia 30 de agosto de 99 – relatou o senador.



Suplicy afirma que o povo timorense é capaz de decidir seu futuro, como já provou historicamente

Suplicy revelou ainda que a posição do governo brasileiro tem merecido apoio da CNRT, por reconhecer a sua representatividade e manter diálogo com seus líderes. “Isso é muito importante, pois significa o reconhecimento de que o povo timorense é capaz de decidir seu futuro, como, aliás, já provou historicamente. Esse povo não pode permanecer sob a tutela da ONU, que mostrou sua incompe-

tência ao não impedir a destruição amplamente anunciada, e sua incapacidade, pois já está no país há seis meses e até hoje não fez nada; não construiu estradas, casas, redes de eletricidade e água, escolas. Seu único grande feito foi garantir a segurança, retirando as tropas indonésias, o que permite que as pessoas andem nas ruas, até de noite, com tranqüilidade”, afirma a carta lida pelo senador.